

SESSÕES DO PLENÁRIO

64ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de junho de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MANASSÉS (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Manassés comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve nas Sessões dos dias 02 e 03/06/2015.

Do Deputado Sidelvan Nóbrega comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve na Sessão do dia 27/05/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Antes de passar a palavra ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões:

51ª sessão ordinária, em 20.05.2015; 56ª sessão ordinária, em 02.06.2015; 58ª sessão ordinária, em 08.06.2015; 60ª sessão ordinária, em 10.06.2015; 61ª sessão ordinária, em 11.06.2015; 5ª sessão extraordinária, em 20.05.2015; 6ª sessão extraordinária, em 20.05.2015; 14ª sessão especial, em 11.05.2015; 18ª sessão especial, em 21.05.2015.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Em votação as atas que acabaram de ser lidas. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**
Concedo a palavra à deputada Fabíola Mansur.

A Srª FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, grande amigo, deputado Manassés, muito me honra estar falando com V.Exª na presidência, caros deputados, membros das galerias. Hoje o que me traz aqui é um lamento por ontem, deputado Zé Raimundo, por pouco menos de 20 votos, foi rejeitada na Câmara a PEC que garantia 20% das vagas no Congresso Nacional para mulheres.

Eu, como presidente da Comissão de Direitos da Mulher, deputado Luciano, militante do Movimento Cidadã, que vê que após quase um século do voto feminino, mantemos ainda 10% de representatividade nas Casas Legislativas, sejam elas municipais, estaduais ou federais. Essa PEC que tinha e teve nossa senadora Lídice da Mata, as deputadas Moema Gramacho, Alice Portugal e Tia Eron como representantes da Bahia, mas, mais do que tudo, uma emenda que foi acordo de Bancada, pois havia várias PECs, deputado Zé Raimundo, que diminuía o projeto inicial, que era de 30% das vagas para 20%, percentual esse que é inferior à participação da mulher na população, inferior à participação da mulher mesmo nas associações, nos sindicatos, no mundo empresarial, no mundo público e acadêmico. Porque, sim, a ascensão das mulheres depende do sistema que é característico de cada um desses entes. E o sistema eleitoral nunca privilegiou, ou melhor dizendo, foi equitativo à sua representatividade.

A oportunidade que teve a Câmara... e recentemente em matéria importante da Folha de São Paulo que vou acrescentar aos Anais desta Casa, uma Casa que hoje tem uma onda de conservadorismo, que tem hoje praticamente projetos que são votados no afogadilho, votados e no dia seguinte o presidente daquela Casa os retoma para reverter a eleição. Esta Casa deveria ter a responsabilidade de reconhecer a importância da participação das mulheres, comete inclusive com mais de 50 abstenções. Perdemos, deputado Luciano, perdemos as mulheres, perde todo o Brasil que poderia ter uma política de reafirmar a importância das brigas históricas do movimento de mulheres, de uma reforma política que contemplasse a participação

mais equitativa, garantindo 20% dessas vagas.

Quero lamentar e dizer, presidente Manassés, que a nossa senadora Lídice da Mata, tenho certeza, fará no Senado a mobilização necessária para tentar fazer uma mudança nesse cenário. Hoje entramos com um pedido nesta Casa para fazermos uma mobilização e tentarmos, com todos os movimentos, reverter e sensibilizar o presidente Eduardo Cunha. Porque, sim, se num assunto de muito mais importância ele reverteu a votação, por que não fazê-lo agora?

Quero também comunicar a V.Ex^{as} a importância da audiência pública sobre a Mulher Condutora do Transporte Escolar que lotou esta Casa para justamente pedir o apoio para a redução da burocracia, para o desenvolvimento da cadeia produtiva, da atividade econômica com algumas isenções para melhorar a fiscalização e melhor qualificar a mulher condutora do transporte escolar e, assim, garantir mais segurança para as nossas crianças baianas.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Zó.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados, venho a esta tribuna para convidar os que puderem estar aqui amanhã e participar da sessão especial em homenagem aos 150 anos da Batalha Naval do Riachuelo, comemorada em 11 de junho. A pedido da Marinha do Brasil, do Capitão Flávio, comandante em nossa cidade de Juazeiro, traremos para cá esse marco da história das Forças Armadas Brasileiras, a partir das 9h. Será uma comemoração pelos 150 anos da Batalha Naval do Riachuelo.

Então queria convidar as Sr^{as} e Srs. Deputados e também a imprensa porque foi essa batalha que consolidou a nossa vitória na guerra do Paraguai. Todos os que puderem estar aqui estão convidados, a partir das 9h.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres deputadas e deputados, galerias, nesta breve intervenção, eu queria fazer alguns registros.

Em primeiro lugar, parabenizar os amigos companheiros de Riacho de Santana, a companheira Marilúcia, os companheiros Dr. João Vítor, Gilson e todos os amigos do Partido dos Trabalhadores.

Outra coisa, amanhã, a Secretaria de Recursos Hídricos estará com a Cerb inaugurando o sistema simplificado de água na comunidade Barreiro do Bom Sucesso. Entre tantas ações do nosso governo naquela região, estão outras obras importantes de apoio a agricultura familiar. E, em parceria com o deputado federal Waldenor Pereira, nós temos colaborado muito para impulsionar o pequeno e o médio produtor daquela região. Só de tratores agrícolas foram 4 tratores doados através de emenda parlamentar do deputado federal Waldenor Pereira e também da contrapartida

do governo do Estado através do nosso mandato. Entre tantas outras ações, nós estamos assegurando a muitas comunidades o desenvolvimento, o combate à miséria, o combate a exclusão social.

Mas, Sr. Presidente, também gostaria, como segundo registro, de parabenizar o secretário Manoel Vítório que hoje, através de uma exposição segura, concisa, pautada em informações, não só legais, mas também com considerações conceituais, fez uma demonstração do grande esforço que o governo vem fazendo para manter equilibrada as contas do governo do Estado, mesmo num momento de crise nacional e internacional, colocando a Bahia numa de situação de equilíbrio, mas preocupante, porque o cenário não é dos melhores em termos de previsão de arrecadação. Mas há um esforço extraordinário do governo do Estado e do governador Rui Costa que vem mantendo os investimentos nas obras de infraestrutura, nas obras que vão ajudar não só a cidade de Salvador a receber mais investimentos do governo federal, mas a todo o interior do Estado com estradas, com adutoras e com serviços sociais de saúde e de educação.

Por fim, eu gostaria também de fazer um registro de ordem particular, mas que interessa a esta Casa, que foi uma falsa notícia que saiu em alguns *blogs* de Vitória da Conquista de que as minhas contas de gestor municipal de 2005 teriam sido recusadas pelo TCM.

Na verdade, foi um comunicado da secretaria do TCM para a Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, infelizmente truncada e errada, o que leva a todos nós a uma vigilância maior sobre as instituições.

Com as contas aprovadas, em 2009, constando no SAC do TCM como contas aprovadas, de forma surrealista e fantasmagórica, apareceu na Mesa Diretora de Vitória da Conquista um ofício dirigido ao presidente da Casa como se minhas contas tivessem sido reprovadas. Isso levou alguns *blogs*, sobretudo um *blog* que não nutre simpatia pela minha vida política na cidade, a dar ênfase, inclusive fazendo uma relação errada entre uma possível reprovação das minhas contas com candidatura. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, porque eu nunca disse que sou candidato. E mesmo com contas reprovadas qualquer gestor, desde que não seja improbidade administrativa, pode ser candidato conforme julgamento do Superior Tribunal Federal. Não é o meu caso, eu não sou candidato, está em discussão. Mas erroneamente comunicada, a Mesa Diretora encaminhou o decreto legislativo.

Tomei as providências devidas, requeri a ata de julgamento e o erro já foi reparado e levado para a Mesa Diretora. E, hoje, felizmente, o mesmo *blog* que não nutre simpatia pela minha gestão, corrigiu, inicialmente não dizendo exatamente, mas agora a manchete desse *blog* está dizendo que foi um erro de informação do Tribunal o que levou a aventar que eu poderia ter as minhas contas rejeitadas pela Câmara de Vereadores. Esse é um tema que todo homem público está sujeito. É por isso que a esfera da política, gente, mesmo com adversários deve ser tratada com a maior seriedade.

Agradeço a sua tolerância e voltarei a esse tema de forma mais conceitual futuramente. Ficam aqui as minhas considerações, os reparos feitos e publicamente

vou exteriorizar com mais rigor em Vitória da Conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes, servidores, servidoras, imprensa, primeiro, mais uma vez, quero parabenizar esta Casa, a todos os pares, em especial às duas bancadas, a Bancada que é a base de sustentação do governo, a Bancada de Oposição e as representações nesta Casa, inclusive da presidência. No dia de ontem trabalharam muito para ser aprovado um projeto que contempla, acima de tudo, a perpetuação da nossa identidade cultural nordestina e baiana, que foi uma reserva de mercado assegurando a presença dos originais representantes dos festejos juninos na musicalidade, que são os sanfoneiros e os grupos que atuam com forró, o xaxado, o baião, o repente como presença de todas as programações desenvolvidas pelo Estado.

Isso, sem dúvida alguma, tem um papel importante de afirmação mas precisa ser aprofundado no que tange à qualificação e à valorização, porque os cachês ainda são insignificantes em detrimento dos cachês pagos pela apresentação de outras tendências musicais no nosso Estado. Olhem que a Bahia é considerada o maior celeiro junino do país. Dos 417 municípios, 393 realizam atividades juninas entre Santo Antônio e São Pedro, isso mostra que o São João é a maior festa popular do país, não é a maior da Bahia, é a maior do país em execução. Sem dúvida nenhuma, quem, ao longo de todo o ano, alimenta, deputado Herzem Gusmão, esse setor são exatamente os forrozeiros, que com a poesia, com a musicalidade e com a sua presença marcante e caracterizada fazem dessa tendência musical uma das tendências mais fortes do contexto musical brasileiro.

Quero parabenizar a todos os deputados e deputadas por essa sessão de hoje, em especial quero parabenizar a deputada Luiza Maia, que está nesta Casa desde 2012 correndo atrás dessa ação e a todos que se debruçaram para fazer desse momento um momento especial para a Bahia.

Ontem, à noite, recebi vários e-mails e ligações, após a votação, de solidarização do setor de vários músicos. Tenho uma relação com a música, especialmente com a música nordestina, em especial com a caracterização do São João, vários músicos nos ligaram como também pessoas que são influentes nesse setor reafirmando o quanto será importante a partir da data de ontem para a fixação e para a autossustentação dessa tendência musical.

Sr. Presidente, quero aproveitar ainda um pouco do tempo que me resta para destacar que no último dia 14 estive na cidade de Santo Amaro, na Câmara Municipal, participando de uma sessão especial para celebrar o dia 14 de junho, estive na Câmara Municipal de Santo Amaro, participando de uma sessão especial para celebrar o 14 de Junho, data que ainda precisa ser trabalhada na nossa história, deputados e deputadas. Conhecemos o 2 de Julho como a data da Independência da Bahia, mas desconhecemos os fatos que levaram à proclamação do 2 de Julho.

Esses fatos começaram a ser alinhados a partir do dia 14 de junho de 1822, em Santo Amaro. Quando a Câmara de Salvador estava, em 1822, suspensa de suas atividades, sob intervenção, foi a Câmara de Santo Amaro que definiu os rumos que a Bahia deveria ter frente à luta pela independência do País.

Na época, já se pleiteava separar o Brasil da Bahia para cima. Isso quer dizer, o Nordeste e o Norte continuariam sob a dependência da Coroa portuguesa, e do Espírito Santo, Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, seria um país livre. E foi exatamente contra isso que a Câmara de Santo Amaro se colocou, tendo deflagrado toda a organização do Recôncavo, que culminou, em 25 de junho, com a posição de Cachoeira, reforçando a ação das tropas baianas e brasileiras para expulsar os portugueses, e consequentemente, garantir no dia 2 de julho de 1823 a libertação e a Independência da Bahia e do Brasil.

Então, é importante ressaltar essa data. Foi uma das sessões mais bonitas de que já pude participar, com vários homenageados, entre eles Maria Bethânia, pelos 50 anos de carreira na música popular brasileira, pelos 50 anos de afirmação da identidade cultural da Bahia e pelo reconhecimento da contribuição dada por Santo Amaro em todo processo da história da Bahia e do Brasil. Na economia, com o ciclo da cana-de-açúcar, com a industrialização, e nos movimentos sociais populares e de independência a partir da Revolta dos Alfaiates, quando tivemos um santo-amarense entre os 4 mártires daquele movimento.

Poderia passar a tarde inteira destacando o papel e a importância dos santo-amarenses e de Santo Amaro, no Recôncavo, na Bahia, na afirmação da identidade social e cultural do povo baiano e do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, subo a esta tribuna na tarde desta quarta-feira para chamar a atenção desta Casa Legislativa. Ontem, fiz denúncias graves contra o Detran. Acho que este Poder Legislativo tem o dever e a obrigação de fiscalizar as denúncias que a nossa Oposição recebeu, e que denunciei desta tribuna.

Fui surpreendido, no início da noite, com uma declaração do superintendente do Detran. O Sr. Diretor do Detran, Maurício Bacelar, disse que eu estava querendo enriquecer o meu mandato, disse que eu estava criando factóide e disse, ainda, que esta Casa tinha coisa mais séria para fiscalizar. Quero dizer ao Sr. Maurício Bacelar que, enquanto os esclarecimentos não chegarem até este Parlamento, o deputado Adolfo Viana não vai descansar.

Junto com o Líder da Oposição, estamos concluindo com nossa assessoria o requerimento para pedido de CPI, a fim de que esta Casa convoque o diretor do Detran, Maurício Bacelar, e ele possa compreender, de uma vez por todas, que o Poder Legislativo merece respeito. Ele tem que respeitar o Poder Legislativo! Ele não

tem que querer pautar o mandato de parlamentar algum. Imaginem V.Ex^{as}, que o diretor Maurício Bacelar, agora, quer dizer o que devemos ou não fiscalizar. Acho, deputado Luciano Ribeiro, que ele deveria se candidatar a deputado estadual. Mas enquanto ele for diretor do Detran tem que mandar os esclarecimentos para esta Assembleia Legislativa. É por isso que, juntamente com o Líder Sandro Régis, estamos concluindo com a nossa assessoria o requerimento de CPI, e acabo de receber uma sinalização do deputado Sandro Régis de que já está pronto e vamos começar a recolher as assinaturas. Quando tivermos 21 assinaturas, aí, sim, vamos saber, superintendente Maurício Bacelar, se existe ou não coisa mais séria para ser investigada.

Agora, quero dizer que se, porventura, os parlamentares do governo não assinarem esse pedido de CPI, a Bancada da Oposição tem prerrogativa para isso. Vai fiscalizar de lupa cada contrato do Detran, o diretor Maurício Bacelar terá que prestar os esclarecimentos. Não posso aceitar que ele venha, através dos veículos de comunicação, querer pautar o mandato da Oposição. Ele ficou muito nervoso, muito preocupado, e essa preocupação de Maurício Bacelar está aumentando as minhas suspeitas. Vou investigar até o fim. E quero dizer-lhe que se houver algo de errado no Detran, vamos apurar e descobriremos. E ele, que chegou agora, se já tiver tomado conhecimento sem ter adotado as medidas necessárias, está prevaricando e será tão responsável quanto aqueles que por lá passaram.

A Oposição, tenho certeza, vai assinar essa CPI na sua unanimidade. Ficarão faltando apenas duas assinaturas, e se as conseguirmos a CPI será instalada e vamos conseguir apurar tintim por tintim. Se houve desmandos, se houve crime, os responsáveis serão culpados e condenados.

Muito obrigado pela atenção, Srs. Parlamentares!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Manassés):- Quero informar a visita dos estudantes da Escola Pequena Sereia, que estão nos prestigiando com a sua presença. (Palmas)

Com a palavra o deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, nobres deputados, turma da Escola Pequena Sereia, muito boa-tarde. É uma satisfação poder estar aqui na tarde de hoje. O que me traz aqui, Sr. Presidente, são 2 assuntos muito sérios.

Primeiro, gostaria de, mais uma vez, retornar ao assunto da estrada Santo Antônio de Jesus-Amargosa. Ora só você! Faltando aproximadamente 5 dias para começar o São João na belíssima cidade de Amargosa, deputado Pablo, a estrada que liga Santo Antônio de Jesus a Amargosa, em que você levava aproximadamente 30, 40 minutos, você está levando duas horas. Estive lá na semana passada lá, fiquei duas horas em uma estrada cheia de buracos, uma estrada de curvas perigosas, e o governo do Estado, o Sr. Governador Rui Costa, não está atento a isso mais uma vez. Agora, os foliões, as pessoas que querem passar o São João com suas famílias em Amargosa, as pessoas que querem curtir o São João de lá, não vão poder. Se forem, vão estar com medo e à mercê de algum acidente.

O governo do Estado está deixando para fazer uma reparação de última hora naquela estrada, foi a informação que recebi hoje. Ora você, Amargosa recebe quase 100 mil pessoas nesta época. A partir de quinta-feira, a cidade começa a encher e o governador não fez absolutamente nada. Faço um apelo também aos deputados que têm votos naquela região, dia 19 é o aniversário da cidade.

O governador do Estado já confirmou sua presença. Mas tenho certeza de que o governador não irá no seu carrinho oficial. Ele irá por cima, pela David Rios, para chegar mais rápido, portanto, não passará pelos buracos da estrada tampouco correrá perigo. Este é o governador que está gerindo o Estado.

Mas, Sr. Presidente, outro assunto importante me traz à tribuna na tarde de hoje. Trata-se sobre os maus-tratos constantes que os animais vêm sofrendo nos municípios da Bahia. Recebi informação de que houve a morte de mais de 100 animais no município de Jacaraci esta semana. Já fui ao Ministério Público para tentar averiguar o fato.

Recebi informação de que, no município de Serrinha, também, está havendo massacre aos animais. Acompanhamos, pela Internet, o cidadão – que não pode ser chamado de policial, porque é marginal – ter assassinado a tiros, fria e cruelmente, o animal da sua tutora. Os deputados Herzem Gusmão e Luiza Maia, também, me acompanham nesta bandeira.

Estamos no século XXI. Quero parabenizar o governador Rui Costa, porque quando ele viu a repercussão do fato e foi à imprensa pedir a exoneração do policial. Espero que ele seja desligado o quanto antes.

Estamos no século XXI. E as pessoas precisam entender que animal não é coisa, pois ele sente dor, sente frio, sente fome, sente medo, sente tudo. Não podemos deixar tal absurdo acontecer, principalmente dentro da Polícia Militar, que é uma polícia atuante, que tem seu representante aqui, Prisco. Não vamos deixar assassinos mascarados de policiais sujar o nome da corporação.

Então, parabenizei o governador Rui Costa, Pablo, por ele ter saído em defesa dos animais ao repudiar o ato do policial.

Mas, em contrapartida, eu bato na mesma tecla, qual seja, o quintal do governador. O governador usa dois pesos e duas medidas. Eu parabenizei o governador por ter tomado a medida de punir o assassino daquele animal.

Mas, pensando rapidamente, governador, eu faço um apelo, mais uma vez, ao senhor. O quintal da sua casa é o zoológico e este está uma vergonha, pois há animais sofrendo de maus-tratos neste momento dentro de jaulas minúsculas. Isso é uma vergonha.

Eu e os nobres deputados fomos visitar o zoológico. Tivemos certeza de que esse modelo de zoológico, implantado na Bahia, é uma vergonha. Precisamos defender o modelo de zoológico cujo animal seja resgatado na natureza por ferimento, e que o zoológico seja o centro de recuperação para aquele animal. Depois de o animal estar, totalmente, recuperado, que o mesmo seja introduzido, novamente, à natureza e não fique lá como pena perpétua. O animal não cometeu crime algum para estar ali em pena perpétua. É lastimável!

Quero alertar, mais uma vez, o governador Rui Costa, pois o São João está aí. Precisamos cuidar das nossas estradas. Então, espera-se que ele não se omita nas questões dos animais e não queira sair de bom moço ao falar à imprensa que está decepcionado pelo animal ter sido morto por um policial e, ao mesmo tempo, descuidar-se dos animais do Estado da Bahia, visto não existir hospital público veterinário tampouco castra móvel.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Estamos precisando demais de políticas públicas, pois estas não ocorreram durante o governo Jaques Wagner. Continuamos a precisar dessas políticas durante os 6 meses do governo de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Isto é uma vergonha! É lastimável!

Dou nota zero para a política ambiental e animal do governo Rui Costa!

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Cuidado com as estradas, já que o governador não está preocupado. Nós não temos helicóptero.

Saudações ecológicas.

Feliz São João a todos!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra, durante 5 minutos, a nobre deputada Luiza Maia, deputada de todo o Estado da Bahia, mais sobretudo da Região Metropolitana de Salvador e, em especial, a nossa querida e riquíssima Camaçari.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, tenho 3 preocupações que quero dividir com esta Casa. A primeira é a peleja entre o Ministério Público e a Bahiatursa, Secretaria de Turismo, sobre a questão do repasse dos recursos do São João para os municípios do interior do Estado. Espero que eles se entendam e que não prejudiquem o nosso São João, pois sabemos ser esta a maior festa existente neste Estado por essas confusões.

Hoje, ouvi a entrevista da promotora Rita Tourinho. Compreendo as suas preocupações. Mas espero que se chegue a um acordo, melhor, a um denominador comum para não prejudicar mais alguns municípios, inclusive, que não terão condições de fazer o São João devido à crise que estão enfrentando hoje.

Quero, também, aqui, Sr. Presidente, registrar a minha satisfação pela aprovação do projeto dos forrozeiros. Gostaria de dizer que uma parte da imprensa tentou jogar os forrozeiros contra a Casa e que os forrozeiros foram enganados.

Eu não compreendo dessa forma. Tinha apresentado o meu projeto desde 2012. Aceitei a incorporação. Aceitei as mudanças necessárias pensando no fortalecimento da nossa cultura e da nossa tradição que é o São João. Pensei, também, nas dificuldades com as quais viviam os nossos forrozeiros com a invasão de outros artistas de fora da Bahia e de outros gêneros musicais, pois esses chegavam para o nosso São João e levavam uma grana danada. E os nossos forrozeiros ficavam

penando com o cachezinho de R\$ 20 ou R\$ 30 mil; isso quando eles achavam um contrato.

Quero, aqui, pedir a compreensão de todos da imprensa. Se o projeto não foi como, inicialmente, apresentamos, mas também é um passo importante e podemos continuar fazendo este debate e esta discussão.

Sr. Presidente, não sei se o deputado Bira Corôa está aqui, pois ele é o presidente da Comissão Especial da Promoção da Igualdade. Quero registrar o meu repúdio à intolerância religiosa uma vez que a mesma tem crescido ultimamente. Temos alguns dados do Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Nelson Mandela. Os dados afirmam que, na Bahia, todos os meses, duas pessoas são agredidas, excluídas ou desrespeitadas por conta da religião, do credo, do culto ou das suas práticas litúrgicas que escolheram seguir. Sabemos que isso é uma coisa que não pode acontecer.

Neste ano, houve mais de 11 casos de pessoas envolvidas sobre o tema da intolerância religiosa. Em Camaçari, recentemente, há mais 4 casos sobre intolerância religiosa. Estamos levantando os dados para poder denunciar.

A Mãe Dedé de Iansã, 90 anos, foi vítima de um enfarto por insultos de evangélicos que berravam: “Queima esta satanás! Liberta, Senhor! Destrói a feiticeira!” E diziam outras coisas mais que sabemos que quem tem essa prática da intolerância religiosa, às vezes, costuma fazer.

Por fim, uma menina de 11 anos foi apedrejada, em uma cidade do interior do Rio de Janeiro, quando voltava do culto do candomblé. Dois evangélicos são acusados de agressão e de insultos.

Relato esses dados aqui, porque esta Casa não pode se omitir deste debate e desta discussão. Nós temos de respeitar o direito de cada pessoa praticar a sua religião ou, até, de não ter a religião. Mais de 80% da população é de negros em nosso Estado. Temos visto essas manifestações de intolerâncias que precisam ser combatidas pelas nossas autoridades.

Peço aos nossos pares não só o apoio a este registro de repúdio, mas também que participe desta discussão, a fim de nos ajudar neste debate. Precisamos educar os nossos evangélicos e a todas as outras religiões. Cada pessoa tem direito de escolher a sua religião. Afinal de contas, o nosso Estado é laico e não podemos aceitar esta intolerância. Intolerância religiosa é crime e não ser permitida pelas nossas autoridades.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Hildécio Meireles, do PMDB, pelo tempo de até 5 minutos. Caso V.Ex^a tenha a necessidade de falar um pouco mais, terá a prorrogação para falar. Logo após, a deputada Fátima Nunes falará.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Caro Sr. Presidente e deputado Roberto Carlos, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, senhoras e senhores presentes, hoje pela

manhã tivemos a oportunidade, na audiência pública com o secretário da Fazenda do governo da Bahia, de assistir à exposição dele sobre as demonstrações financeiras e orçamentárias do Estado da Bahia, referentes ao primeiro quadrimestre de 2015.

Mesmo na condição de deputado da Oposição, tenho de reconhecer que a exposição do secretário foi muito bem-feita, esclarecedora, tirou algumas dúvidas. Entretanto reconhecemos que outras dúvidas permanecem. Existe lá nas demonstrações financeiras do governo um valor de despesa de exercícios anteriores, aquelas despesas não processadas, no valor de aproximadamente R\$ 1 bilhão e 73 milhões. E temos notícias de que no dia de hoje já há, no Orçamento do Estado, bloqueio para R\$ 1 bilhão e 200 milhões para pagamento dessa conta de despesa de exercícios anteriores.

Portanto, como esse assunto não ficou muito bem esclarecido na explanação do secretário, será tema de discussão na próxima reunião da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle desta Casa. Na oportunidade em que estivemos com o secretário, questionamos o que o governo do Estado da Bahia, os municípios baianos e outros estados brasileiros estão fazendo neste momento de mobilização política. Porque já se discute na Câmara Federal uma nova pactuação federativa. É o momento em que a Câmara Federal discute deveres e direitos dos município e estados, obrigações e responsabilidades de cada ente federado.

Por isso, é importante que esta Casa Legislativa não fique à margem dessa discussão de caráter nacional muito oportuna,, que ocorre em um momento de crise que atinge todos os estados e municípios pelo Brasil afora. A propósito disso, estamos propondo uma sessão especial no dia 3 de agosto, nesta Casa, para que possamos mobilizar forças da política baiana, junto com os membros da comissão especial que discute o novo pacto federativo, em Brasília, e desse modo façamos um debate amplo que traga bons frutos para o Estado da Bahia.

Então já convido, de forma antecipada, os Srs. Deputados desta Casa Legislativa para que no dia 3 de agosto próximo, a partir das 9h, possamos mobilizar aqui várias forças políticas do Estado da Bahia para fazer essa discussão ampla e oportuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Deixo já convocados os nossos queridos colegas, especialmente o nosso futuro prefeito de São Francisco do Conde. Essa discussão do novo pacto federativo interessa muito, principalmente, a V.Ex^a, que pleiteia a administração daquele município e vai precisar de mais recursos para fazer uma boa gestão. Sei que essa é uma preocupação de V.Ex^a, sobretudo com os que mais precisam do serviço público.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia, já que a deputada Fátima Nunes abdicou do tempo. O deputado José de Arimatéia vai orar por nós, que precisamos muito de oração. Depois falarão os deputados Roberto Carlos, que vos fala, Isidório, Luciano e Pablo.

Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA:- Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, *Canal Assembleia*, quero agradecer, Sr. Presidente, pela sua interferência e dizer que não vou orar apenas por nós. Vou orar pela Bahia e pelo Brasil também. Ai do Brasil se não fossem as nossas orações, porque a coisa não está boa.

Sr. Presidente, tivemos hoje na Comissão de Defesa do Consumidor uma audiência pública para tratar da cobrança de estacionamento nos *shoppings centers*. Inclusive, como presidente do Colegiado, fiz o convite a todos os representantes do setor, e não compareceu nenhum deles. Mandamos os convites, oficializamos, e dos oito *shoppings* que existem em Salvador apenas um, por telefone, deu satisfação dizendo que mandaria um representante. Mas não mandou.

Então, quero aqui registrar a forma como esses diretores têm tratado esta Casa, a falta de respeito à Assembleia e ao consumidor, porque eles precisam realmente dar explicações sobre as tarifas e taxas que serão cobradas a partir do próximo mês. Sabemos que o Supremo Tribunal Federal diz que a lei é legal, mas precisam ser feitos ajustes, Sr. Presidente, porque não podemos aceitar que o cidadão que chega no *shopping* e demora meia hora ou até uma hora venha a pagar pelo estacionamento. Também não podemos aceitar que os médios e pequenos empresários que têm lojas no *shopping* venham a ser penalizados. E isso vai acontecer, sim.

Estiveram presentes à audiência o representante da Prefeitura; o presidente da CDL, Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador, Sr. Frutos Gonzalez Dias; Iratan Vilas Boas, representando o Procon; o vereador Everaldo Augusto, presidente da Comissão Direitos do Cidadão da Câmara de Vereadores de Salvador; e o Sr. Sérgio Guanabara, Subsecretário da Sucom. Fizemos o encaminhamento, que será entregue ao prefeito ACM Neto porque, segundo o representante da Prefeitura, está sendo feito um ajuste com respeito ao funcionamento dos estacionamentos. Não é justo que paguem estacionamento os idosos, os próprios funcionários dos *shoppings* e as pessoas portadoras de deficiência. Então encaminharemos essas questões ao prefeito desta capital, que tem uma decisão importante nesse processo, porque o funcionamento vai depender da liberação da Prefeitura. Isso foi acordado, segundo o representante da Sucom, Dr. Sérgio Guanabara.

Quero, mais uma vez, agradecer aos que compareceram e dizer que a Comissão de Defesa do Consumidor fez o seu papel. Estaremos atentos ao início do funcionamento dos estacionamentos e esperamos pela sensibilidade do nosso prefeito ACM Neto com relação à cobrança, conforme a lei já determina.

Agora quero deixar o meu protesto, o meu repúdio à atitude dos representantes dos *shoppings*, que não tiveram respeito a esta Casa. E mais uma vez não respeitaram os consumidores da Cidade de Salvador.

Era isso que eu gostaria de falar, Sr. Presidente.

Muito obrigado, e que Deus abençoe a nossa Bahia e o nosso Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Pastor

Sargento Isidório, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a Bíblia, Livro dos Livros, independentemente das diversas religiões, diz no Salmo 133: “Oh!, quão bom e abençoado é que os irmãos vivam em união.”

Faço uso da palavra para comunicar que já demos entrada, em conjunto com o pastor José de Arimatéia, na moção de repúdio aos atos praticados na Parada Gay de São Paulo.

Na moção, no seu bojo, faço questão de deixar claro que tenho amigos homossexuais, que lido com eles, e que estão em todas as esferas, os poderes de governo, de empresas e, inclusive, digo que conheço muito deles, muito inteligentes, mas duvido que essas pessoas, com quem me relaciono e respeito suas posições, sejam representadas por aqueles moleques ou molecas torpes, vis, desrespeitosos e desrespeitosas que feriram a lei, a Constituição Federal, que no seu preâmbulo fala em Deus, fala que tem que se invocar a proteção de Deus, e eles feriram as religiões alheias.

Não falo aqui como pastor evangélico nem como evangélico, falo como cidadão. Tive quase 130 mil votos. Fui o segundo mais votado da Bahia , o mais votado da capital, com quase 60 mil votos, e não poderia deixar que os católicos, possivelmente alguns outros, que chegam aqui com votação evangélica, enfim, que algum dos religiosos que deveriam estar nesta tribuna, defendendo a sua fé, não o faça.

Então, eu não fiz uma moção de repúdio à Parada Gay simplesmente – até porque é um direito deles, assim como a Marcha para Jesus e outros movimentos que por aí existem, muitos bons, e eu não poderia propor nada disso –, mas aos excessos cometidos por aqueles capadócios, por aqueles doentes que, em via pública, colocavam em suas partes íntimas objetos de respeito religioso do catolicismo e de outras religiões, aos atos hostis praticados por eles e por pessoas que sejam iguais.

Nenhuma mulher de bem tem a coragem de subir a esta tribuna para defender os atos praticados por aqueles imorais e torpes e abomináveis, que a Bíblia, em sua palavra, diz que são dignos de morte. Palavra de Deus. E eu professo a minha fé ainda que precise perder o pescoço. Ainda diz a Bíblia que os seus praticantes também.

Embora defenda o convívio harmonioso e respeitoso, porque eles e elas existem desde Roma, Grécia, e a gente convive, e são gente de direito, e sou contra qualquer tipo de violência, mas não posso aceitar Sr. Presidente, apesar de respeitar a decisão dos meus companheiros da Comissão de Constituição e Justiça e de respeitar as suas decisões magistrais de não acatar o meu projeto que cria os centros psicológicos para atendimento a vítimas de infidelidade conjugal, gostaria de protestar. Mas não como a imprensa toca no assunto, dizendo que o Deputado Sargento Isidório está fazendo um projeto para os cornos, galhudos e cornas. Eles deveriam entender que, olhando para a televisão, para o jornal e rádio, para os seus programas policiais, o que mais se vê são mulheres violentadas, assassinatos, pessoas se suicidando por infidelidade conjugal. Então deveriam tratar desse assunto com

mais seriedade e respeito, porque não estou tratando de algo que não seja real.

Lamentavelmente o homem ou a mulher brasileira não foram preparados para as traições e para serem vítimas de infidelidade. Se você pesquisar, o índice de maridos que assassinam suas esposas é alto. Às vezes só por pensar, por ouvir dizer, nem precisa ter sido traído, uma simples brincadeira faz um machão assassinar a sua esposa. Nós temos fatos de maridos que assassinaram a esposa, os filhos e depois se suicidaram. Nós temos casos de mulheres que mataram o marido, mataram seus filhos envenenados e se suicidaram. Nós temos casos de famílias inteiras assassinadas e vitimadas por causa disso.

Então, quando eu peço o tratamento psicológico, eu não estou o fazendo como pastor. Eu estou fazendo porque eu sei muito bem que homens e mulheres, quando tomam conhecimento de tal prática, entristecem e, por não terem uma ação mais efetiva ao lado de Jesus, às vezes pensam logo em fazer coisas ruins.

Então, quero dizer que esse projeto que, ora foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça, é mais um projeto que precisaria ser bem tratado. Basta olhar a imprensa toda, onde infelizmente a maioria absurda das vítimas são as mulheres, na maioria absurda das vezes, mulheres que são espancadas e assassinadas.

Para concluir, muito embora já tenhamos casos de mulheres que, também não aguentando, cortaram o pênis do marido, como forma de vingança, ainda não teve um homem desse vitimado por uma infidelidade conjugal, na Comissão de Constituição e Justiça, porque senão eu tenho certeza que eles iriam entender melhor o meu projeto. Mas, eu peço a Deus que abençoe meus deputados. Eles entenderam como inconstitucional e eu respeito, até porque sei que trata-se de excelentes pares para fazer o que é legal e melhor para a nossa Casa.

Graças a Deus todos eles estão intocáveis como eu também. Deus abençoe a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra pelo tempo de 5 minutos o deputado Roberto Carlos e logo após o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, funcionários, Imprensa, quero saudar o nosso querido amigo Ricardo Lima, que está nas galerias Paulo Jackson como também o Pastor Gildemberg que se encontra aqui para ver os trabalhos da Assembleia Legislativa.

Mas, Sr. Presidente, recebi, no meu gabinete, uma moção de repúdio encaminhada pela Câmara Municipal do município de Itapetinga, na Bahia, onde o vereador Romildo Teixeira subscreve como autor dessa moção. E a moção diz mais ou menos o seguinte, Sr. Presidente:

(Lê) *“O vereador Romildo Teixeira, vem a público repudiar as atitudes do Sr. Alécio Chaves (PT), vice-prefeito de Itapetinga, que assumiu temporariamente o cargo de prefeito municipal devido a um problema de saúde do Prefeito José Carlos Moura (PT), que se encontra hospitalizado na capital do estado.*

Atitudes de traição, de sede de poder, ambição, escusas. Sem o aval do prefeito

José Carlos, Alécio exonerou o secretário de saúde, o assessor especial, o Secretário da Fazenda, o secretário do governo, o assessor jurídico e, por fim, veio, deputado Luciano Ribeiro, a exoneração de Dr. Hildérico Nogueira, Diretor da autarquia municipal SAAE, exonerações injustas, descabidas e desrespeitosas ao prefeito que se encontra em tratamento de saúde no município de Salvador.

Destaco a trajetória do Dr. Hildérico Nogueira e sua contribuição para a cidade; Presidente municipal do PDT, um grande advogado, um cidadão honrado, um homem honesto, um pai de família do bem. Sob sua liderança, o PDT fez história neste município ao eleger, na última eleição municipal, uma bancada de três vereadores na Câmara Municipal, partido que teve quase 6 mil votos, ajudando a eleger o grande líder, prefeito municipal José Carlos Moura. Também conseguiu uma boa relação com o PSL e o PR, demonstrando sua capacidade de fortalecer os governos municipal, estadual e federal.

As atitudes golpistas desse vice-prefeito são de cunho político, que visam tão somente desarticular a base do Prefeito hora licenciado. Mas temos a certeza de que o prefeito José Carlos terá alta nos próximos dias, deputado Manassés, para restabelecer a ordem no município de Itapetinga. E não apenas cumprir, mas exercer o mandato, que lhe foi confiado pelo povo e abençoado por Deus.

Gabinete do Vereador Romildo Teixeira.”

Quero acrescentar que o prefeito José Carlos, do PT, eleito pela vontade do povo de Itapetinga, voltou, graças a Deus, a esse município e está fazendo um trabalho dinâmico, democrático, transparente e, principalmente, está cuidando das pessoas. O lema principal do prefeito de Itapetinga é cuidar das pessoas. Ele tem feito isso com muita habilidade, deputado Euclides Fernandes, porque conhece de perto as necessidades do povo de Itapetinga.

Por isso que saúdo a volta do prefeito José Carla ao município de Itapetinga. A cidade ficou mais bonita, mais alegre, principalmente porque o prefeito sentiu de volta o calor humano daquele povo maravilhoso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, Imprensa presente, funcionários, pessoal das Galerias Paulo Jackson e os que nos assistem pela *TV Assembleia*, quero começar as minhas palavras repetindo o Salmos com que o Sargento Isidório iniciou o discurso. O Salmos 133 diz: “Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união”. E aqui nós além, meu caro, craque Bobô, de sermos fiéis a Deus e às palavras da Bíblia, precisamos, acima de tudo, sermos fiéis a nossa Constituição e às leis que regem o País e que regem os homens e a sociedade.

Digo isso porque as acusações e o protesto aqui levado a cabo pelo Pastor Isidório, nobre deputado desta Casa, contra uma decisão da Comissão de Constituição

e Justiça, não poderia ficar sem uma defesa. Na ausência do nobre deputado Joseildo Ramos, que tão bem dirige aquela comissão, do vice-presidente Pablo Barrozo e dos demais membros daquele colegiado, cabe a mim defender a Comissão de Constituição e Justiça.

Pois bem, parece-nos que o Sargento Isidório, o nobre colega, quer fazer prevalecer a sua vontade acima de todos os outros parlamentares aqui desta Casa. Pelo testemunho que tenho dos demais deputados, que são membros efetivos e suplentes da Comissão de Constituição e Justiça, a atual constituição daquele colegiado talvez seja a que mais tem produzido e com muita responsabilidade e com muito respeito, Sargento Isidório.

O que analisamos naquela Casa é o respeito à lei e à técnica legislativa. Não nos cabe, porque a outras comissões caberá analisar o mérito das proposições que por ali passam; a nós não cabe analisar o mérito dos projetos que lá aparecem; a nós cabe sermos fiéis à lei dos homens; analisar a constitucionalidade e a técnica legislativa.

O relator dessa matéria do projeto de V.Ex^a, parece-me que foi o deputado Luciano Simões, que se tem destacado pelo número de pareceres dados àquela comissão, pela responsabilidade dos seus pareceres e pela produtividade que tem causado àquela comissão. Por isso, quero aqui, em nome de todos os membros daquela comissão, em nome do seu presidente Joseildo Ramos, em nome do seu vice-presidente Pablo Barrozo, rechaçar o protesto de V.Ex^a, porque a Comissão de Constituição e Justiça tratou esse projeto, como todos os outros que lá estiveram, com respeito, com responsabilidade, com cuidado, com zelo, equânime com os demais, mas, acima de tudo, cumprindo o seu papel de zelar pela boa técnica legislativa, de zelar pela constitucionalidade dos projetos.

Se o projeto de V.Ex^a e os demais que por lá não passaram não cumprem esses dois requisitos, não podemos ultrapassá-los para poder analisar o mérito e saber se o projeto é bom, se ele cabe.

Sugiro a V.Ex^a, como temos feito naquela comissão, e aqui mais um membro Euclides Fernandes que lá também tem trabalhado e muito, sugiro a V.Ex^a, dada a impossibilidade jurídica de ser pelo caminho que V.Ex^a escolheu, que faça uma indicação ao governo do Estado para, se quiser, acolher ou não. Mas peço a V.Ex^a e rechaço, de já, em nome de toda a Comissão de Constituição e Justiça, o repúdio de V.Ex^a àquela comissão, porque ela cumpriu, cumpre e cumprirá o seu papel com ética, com zelo e com moralidade.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Não cabe questão de ordem no Pequeno Expediente, deputado Sargento Isidório.

Com a palavra a deputada Fátima Nunes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Eu fui citado.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Não cabe questão de ordem agora,

deputado Sargento Isidório. V.Ex^a terá oportunidade no futuro de utilizar a palavra.

Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, serei bem rápida aqui, porque já estamos terminando a nossa sessão pelo acordo feito entre as lideranças, registrar a nossa satisfação com a parceria, o entendimento entre os pares ontem que permitiu a votação do projeto de lei que fortalece e favorece a nossa cultura, porque vamos ter daqui pra frente nos festejos, em qualquer época, uma atenção especial para os nossos artistas populares, os nossos forrozeiros, aqueles que no dia a dia trabalham e animam o nosso jeito próprio de ser baiano e brasileiro. E de modo bem especial no sertão, no litoral por aí afora, onde muitas vezes a gente é até cobrado porque com a modernidade surgiu a música eletrônica, e as nossas sanfonas, os pandeiros, violões, as zambumbas, as gaitas, todas elas foram ficando esquecidas. Então, a aprovação desse PL é uma forma de colocarmos na ordem do dia a nossa cultura popular. Queria realmente agradecer aos pares e a todos os deputados que se entenderam para fazer a votação.

E nessa alegria queria registrar duas coisas importantes no final de semana em Jeremoabo, um município que às vezes é tão distante, tão esquecido, que imaginamos que não tem coisas importantes e feitas com a ação do governo do Estado.

Lá por essa comunidade que vou falar passaram três projetos: o Água para Todos, o Mata Branca e o Gente de Valor. E hoje qualquer cidadão que saia de Jeremoabo em direção à Baixa dos Quelés - 24 quilômetros atravessando pela caatinga, muitas vezes conhecida ali como o início do Raso da Catarina - vai ver como é saudável e salutar encontrar pessoas que têm no interior, no seu município, as condições de viver. E com dignidade, trabalhando com apicultura, por exemplo. O nosso ex-funcionário da EBDA dizia assim: “Nós começamos aqui com três caixinhas de acolher e criar as abelhas, e hoje já temos 600 caixas, inclusive com o Banco do Nordeste trabalhando aqui, financiando toda a cadeia produtiva do mel.”

Esse nosso mel é produzido lá na Baixa dos Quelés numa comunidade também já reconhecida como quilombola, que agrega não somente aquela Baixa, mas também Ouro D' Água, Juazeiro dos Capotes e outras comunidades adjacentes. Todas essas pessoas, os jovens, as crianças, as mulheres podem desenvolver o extrativismo natural, ou seja, viver no Semiárido aproveitando dos recursos naturais e tendo renda.

E o mais interessante: fomos e viemos num carro pequeno, o que significa que hoje também o interior do município tem acessibilidade, porque a nossa presidente Dilma colocou em todos os municípios um *kit* com cinco máquinas que permite fazer as estradas vicinais. E também a prefeita Anabel tem sido atuante. A verdade é que parecia impossível você sair do Centro da cidade, atravessar por serras, caminhos, veredas e chegar a uma localidade tão saudável para a convivência do nosso povo.

Aproveito estes minutos que faltam para dizer que amanhã teremos aqui, da nossa autoria, uma sessão especial em que trataremos da água, dos seus vários temas. Da escassez, do acesso, da preservação.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Queria que V.Ex^a verificasse se há quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, estou pedindo comunicação inadiável, anteriormente ao ilustre deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Isso é prerrogativa de Líder.

O Sr. PRESIDENTE (Vítor Bonfim):- Deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, eu gostaria tão somente, tendo em vista a qualidade e a condição nesta Casa da Comissão de Constituição e Justiça, de dizer a V.Ex^a e principalmente ao querido deputado Luciano Simões, pois o ouvi falando ali que falei em repúdio, que possivelmente, se teve palavra de repúdio ou a palavra desrespeito, ele pode ter convicção de que pode ser calor humano, vindo apenas da minha tristeza de não ter sido entendido. Mas entendo que a Comissão aqui tem sido, graças a Deus, muito justa. Só que não olhou, como falei, o mérito da questão. Olhou apenas a questão da legalidade.

O Sr. PRESIDENTE (Vítor Bonfim):- Muito bem, deputado.

Feitos os esclarecimentos de V.Ex^a e analisando a questão de ordem elaborada pelo deputado Luciano Ribeiro, não havendo quórum regimental para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*